

The Guardian: mulheres lutam contra o impeachment sexista de Dilma

A matéria foi publicada no jornal britânico com tradução publicada no portal Vermelho

[\(Vermelho, 31/08/2016 - acesse no site de origem\)](#)

Quando ela era presidente, o governo de Dilma Rousseff nem sempre gerou solidariedade entre as feministas. Houve muitas vezes uma linha marcada entre aqueles que tentaram trabalhar com seu governo no desenvolvimento de melhores políticas públicas e aqueles que rejeitaram seu governo, citando a falta de avanços em direitos reprodutivos, na esfera política e na educação durante seu mandato.

No entanto, quase todas as feministas concordam que seu impeachment foi sexista e discriminatório. Não apenas existem muitos políticos do sexo masculino que praticaram as tais pedaladas fiscais anteriormente - uso de recursos de bancos públicos para financiar programas sociais federais ou estaduais - aparentemente, sem quaisquer consequências, mas aqueles que votaram em seu impeachment estão sendo investigados por corrupção para ganho pessoal. Embora auditores independentes tenham descoberto que Rousseff não teve nenhuma participação nas pedaladas fiscais.

Desde o impeachment de Rousseff, milhares de mulheres em todo o Brasil se reuniram para expressar solidariedade com ela. Novos movimentos, como Mulheres Pela Democracia, surgiram, mulheres marcharam em protesto e até mesmo enviaram cartas para Rousseff, uma demonstração de empatia com a injustiça de sua expulsão e um alerta para as implicações futuras disso.

O congresso mais conservador desde o fim da ditadura militar no Brasil é agora responsável por um golpe político e por ataques crescentes aos direitos das mulheres.

Antes mesmo do impeachment, os políticos já haviam passado uma série de propostas desbastando os direitos das mulheres, incluindo um projeto de lei para definir a personalidade a partir do momento da concepção, e outra para definir a “família” na constituição como a união de um homem, uma mulher e seus filhos. Além disso, foram introduzidas formas de proibir a discussão de gênero no Plano Nacional de Educação e para criminalizar o aborto legal de vítimas de estupro. Houve ainda movimentos para fazer com que seja difícil acessar a contracepção de emergência e para aumentar a pena para o aborto.

Ao mesmo tempo, nenhum dos velhos problemas foi embora: a violência contra as mulheres ainda é endêmica e há uma aceitação generalizada da violência sexual na sociedade. Mais de 1 milhão de mulheres se submetem a abortos ilegais a cada ano.

No entanto, as mulheres têm lutado em números muito maiores e com vigor renovado. Em outubro do ano passado, durante o que foi apelidado de “spring feminista” do Brasil (Primavera das Mulheres), centenas de milhares de mulheres protestaram nas ruas e através das mídias sociais contra a violência sexual, pedofilia e as leis sexistas que visam limitar os seus direitos reprodutivos.

Mulheres e meninas mais jovens estão usando as mídias sociais e a tecnologia para se informar, debater e mobilizar. Elas declararam o seu apoio ao feminismo através de campanhas como: #MeuPrimeiroAssedio e #ForaCunha, que visam suprimir o político Eduardo Cunha.

No mês passado, centenas de milhares de mulheres unidas em todo o Brasil e na Argentina sob a bandeira: Por Todas Elas (para todas as mulheres), protestaram contra a cultura do estupro, depois que 33 homens estupraram uma menina de 16 anos de idade, no Rio de Janeiro.

Entre outubro de 2015 e janeiro 2016, a busca pela palavra “feminismo” no Google no Brasil aumentou 86%. Mais mulheres começaram a identificar-se como feminista, e até mesmo começou a utilização de um novo vocabulário, como a palavra “sororidade” – que não existe nos dicionários brasileiros e era praticamente desconhecida até 2015 – para descrever a solidariedade com

outras mulheres.

Infelizmente, apesar do aumento da mobilização feminista, a situação ainda é sombria. O novo governo de Michel Temer tem regredido em termos de direitos das mulheres e das minorias e grupos indígenas. Sob a sua administração toda branca, toda de homens, os políticos estão tentando minar a Lei Maria da Penha, que foi uma vitória histórica na luta pela diminuição da violência doméstica e apoio as vítimas.

No entanto, o insulto final para as mulheres foi a nomeação da conservadora Fátima Pelaes como secretária de políticas para as mulheres. Pelaes já havia declarado que ela não aceita o aborto como uma opção legal para as mulheres que foram estupradas. Talvez não seja surpresa saber que desde que o governo interino assumiu o poder, o Fórum Econômico Mundial calculou que o país caiu no seu ranking da igualdade da posição 85, em 2015, para o número 107.

Em um ensaio, o golpe Patriarcal, Maria Betânia Ávila, socióloga, pesquisadora do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, e membro da Articulação de Mulheres Brasileiras, escreve: “O movimento feminista [no Brasil] está mostrando a sua capacidade de resistência e mobilização em defesa do mandato da primeira mulher presidente democraticamente eleita e pela legalidade democrática. Este é um confronto com o patriarcado, com chauvinistas masculinos e neoliberais “.

Em meio aos gritos de “Fora, Temer!”, as feministas estão lembrando da necessidade de restabelecer Rousseff para assegurar que os futuros governos implementem reformas e políticas públicas que garantam os direitos humanos e a dignidade social e de combate à desigualdade. E pretendem continuar a gritar: “Sem as mulheres, não há democracia. Sem feminismo, não há democracia. ”

Ani Hao